

**PARECER**

Projeto de Lei nº 98/2018

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/Lapa-Pr e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FMDCA/Lapa-Pr a Firmar Termo de Fomento com a Associação Menonita de Assistência Social- AMAS da Lapa-Pr, para Repasse de Recursos Financeiros de Doações do FMDCA/Lapa-Pr, e dá outras providências.

Vem para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº 98/2018 de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objeto a autorização para que o Executivo Municipal, juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/Lapa-Pr e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FMDCA/Lapa-Pr, possa firmar termo de fomento com a Associação Menonita de Assistência Social- AMAS da Lapa-Pr, para Repasse de Recursos Financeiros de Doações do FMDCA/Lapa-Pr, no valor de R\$ 29.794,86 (Vinte e Nove Mil, Setecentos e Noventa e Quatro Reais e Oitenta e Seis Centavos), em uma única parcela, para que a entidade em questão possa desenvolver o projeto "Sonhar", através de aquisição de material de consumo e material permanente, para melhor qualidade nos serviços prestados a crianças e adolescentes, conforme plano de trabalho e de aplicação anexados.

Pela justificativa apresentada e anexada ao referido Projeto, seu autor demonstra que o objetivo da proposição é adquirir material de consumo e material permanente, para melhor qualidade nos serviços prestados a crianças e adolescentes.

Sobre o tema nossa Lei Orgânica diz que:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

*Art. 8º - Compete ao Município, obedecidas às normas federais e estaduais pertinentes:*

*(..)*

*IV - dispor, mediante suplementação da legislação federal e estadual, especialmente sobre:*

*c) a proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência;*

*Art. 136 - O Município, em ação integrada e conjunta com a União, o Estado e a sociedade tem o dever de assegurar à todos os direitos relativos à saúde, alimentação, educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura, de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso, bem como da conservação do meio ambiente.*

No que diz respeito à realização de termos de fomento para o desenvolvimento de atividades sociais, a Lei nº 13.019/14 diz que:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

*(...)*

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

*(...)*

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

*(...)*

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

*(...)*

Art. 22. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)



## CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

II-A - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

III - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

IV - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas de regência, não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do mesmo com a deliberação pelo Douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Lapa, 26 de Outubro de 2018.

Josias Camargo de Oliveira Júnior  
Relator

Mário Jorge Padilha Santos  
Membro



Samuel Gois da Silva  
Presidente/Membro